

Deliberação nº 35 – 1ª Câmara

Aprovada em 18/6/86 – Processo nº 40003.000011/86-19

Interessado: Walter Cláudio Ciglioni

Assunto: Solicita esclarecimentos quanto à observação inserida na averbação do registro da obra COMPRE E POUPE.

Relator: Conselheiro Marco Venício M. de Andrade

Ementa

As idéias científicas ou técnicas não são protegíveis pelo Direito de Autor.

I – Relatório

A 29.12.82, Walter Cláudio Ciglioni obtém, da Biblioteca Nacional, o certificado de registro da obra COMPRAS, VENDAS, DIVULGAÇÃO E POUPANÇA, de sua autoria, sob o nº 27.724, nos termos da Lei nº 5988/73.

Posteriormente, a 14.08.75, tendo acrescentado 84 páginas à obra original, bem como modificado o título da mesma (o qual passou a ser COMPRE E POUPE, pelo que se depreende), o Autor requer, através do Protocolo 1.864, a averbação daquele registro, o que foi concedido pela Biblioteca Nacional a 23.08.85.

Consta, entretanto, da averbação requerida, a seguinte observação: “Idéias, procedimentos, sistemas, métodos, processos, princípios ou descobertas porventura existentes no âmbito da obra intelectual, não são protegíveis pelos Direitos Autorais, salvo a forma expressiva utilizada na sua exteriorização, conforme deliberou o CNDA”.

Por considerar tal observação “inconveniente”, “injusta e ilegal”, “difícil de ser entendida por leigos”, insurge-se o Autor contra a sua lavratura no documento de averbação, julgando, principalmente, que a mesma constitui limitação aos seus direitos, visto não lhe garantir a exclusividade sobre as idéias contidas no teor da obra em questão – razão pela qual solicita esclarecimentos deste CNDA.

Analisando a solicitação do requerente, Pedrina R. P. Souza, da CJU deste CNDA, através do Parecer Técnico nº 30, conclui não existir qualquer limitação aos direitos do requerente, pelo que considera descabida a indignação do mesmo, ao mesmo tempo que solicita apreciação da matéria pela 1ª Câmara deste CNDA.

É o relatório.

II – Análise

As dúvidas apresentadas pelo requerente dizem respeito, basicamente, a suposta

limitação que a observação lavrada na averbação do registro de sua obra **COMPRE E** **POUPE** trariam para os seus direitos autorais, que em seu entender, “já haviam sido concedidos de longa data” (fls. 2, sic). Na realidade, indaga-se o requerente se, à vista da referida observação, continuariam tendo validade os certificados e registros que possui, indagando, por fim: “São ou não são Direitos Autorais **expedidos** nos termos da Lei nº 5988/73?” (o grifo é nosso).

Em sua longa e confusa solicitação, onde não faltam, mesmo, remissões a textos legais e a pareceres de insígnies juristas, o Autor parte de uma premissa equivocada – a de que os Direitos Autorais são uma **concessão** da Lei, ou do Estado, através do registro da obra – para pleitear, embora desarticuladamente, uma impossível exclusividade ou monopólio das idéias contidas em sua obra técnica.

Deve ficar claro, ao requerente, em primeiro lugar, que os Direitos Autorais **não** são uma concessão da Lei ou do Estado, que apenas estabelecem as normas e instâncias para a sua proteção, uma das quais é o registro das obras, em órgãos competentes.

Em segundo lugar, deve o requerente cientificar-se que é princípio internacionalmente aceito, aquele que estabelece que, nas obras de caráter científico ou técnico, protege-se apenas a **forma** de sua exteriorização, não as idéias nelas contidas.

Se o Autor quis crer que, concedendo o registro de sua obra, o Estado lhe estava concedendo Direitos Autorais nos quais estavam implícitos a exclusividade e o monopólio das idéias científicas de que ele, Autor, se valeu – então seu equívoco foi completo.

Nas obras científicas e/ou técnicas, só a **forma** de expressão, de exteriorização, tem caráter pessoal e, por isso, merece a proteção concedida à originalidade, pelo Direito de Autor. As idéias científicas, em si, por serem patrimônio da Humanidade, não podem ser objeto de exclusividade – daí estar desvinculada da proteção autoral. Quem escreve, p.ex., uma tabuada, tem Direitos Autorais apenas sobre a forma com que expõe os conhecimentos, sobre a expressão original obtida a partir deles; jamais poderá pleitear Direitos Autorais, ou exclusividade, pelo fato de $2 + 2$ ser igual a 4, verdade científica que independe de qualquer expressão pessoal para afirmar-se.

É descabida, portanto, a reclamação do requerente. Ao incluir, na averbação, a observação questionada, a Biblioteca Nacional nada mais fez que seguir, não deliberações deste CNDA, mas sim princípios internacionalmente aceitos com relação à proteção dos Direitos Autorais de obras técnico-científicas.

É importante ressaltar que inúmeras deliberações deste CNDA foram vazadas neste princípio de não-protetibilidade de idéias, métodos, sistemas, procedimentos, normas, princípios e descobertas.

A medida tomada pela Biblioteca Nacional é amplamente favorável ao Autor, visto assegurar proteção à única parcela protegível de sua obra: a forma de expressão utilizada na sua exteriorização.

III – Voto

É descabida a reclamação do requerente. Deve, o mesmo, ser informado da plena regularidade da observação constante na averbação do registro de sua obra.

Brasília, 18 de junho de 1986.

Marco Venício Mororó de Andrade
Cons. Relator

IV – Decisão da Câmara

A Primeira Câmara, à unanimidade, acompanhou o voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 18 de junho de 1986.

Cons. Antônio Chaves

Cons. Daniel da Silva Rocha

D.O.U. 14.07.86 – Seção I, pág. 10.404